

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL

ANO DE
2017

DENOMINAÇÃO: SOCIALIS - Associação de Solidariedade Social

MORADA: Travessa Dr. Carlos Felgueiras, 31 - r/c Dto

LOCALIDADE: Maia

FREGUESIA: Maia

CONCELHO: Maia

COD. POSTAL: 4470-158

(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Maia, 5 Abril, 2018

Maia, 12 de Abril, 2018

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

Maia, 12 de Abril, 2018

Anabela Hanhins

Paulo Pereira de Aguiar

SOCIALIS - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte : 510971253
 Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 234,52	927,39
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	1 227,89	1 107,23
		2 462,41	2 034,62
Ativo corrente			
Inventários	6	201,00	579,77
Créditos a receber	11.3	0,00	216,85
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2	7 415,00	6 445,00
Diferimentos	11.5	4 439,76	5 003,82
Outros ativos correntes	11.4	125 001,02	49 353,63
Caixa e depósitos bancários	11.6	6 413,24	24 055,64
		143 470,02	85 654,71
Total do ativo		145 932,43	87 689,33
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.7	19 382,13	19 382,13
Resultados transitados	11.7	-8 801,60	59 794,72
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.7	814,04	145,21
		11 394,57	79 322,06
Resultado líquido do período		-48 242,44	-68 596,32
Total dos fundos patrimoniais		-36 847,87	10 725,74
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	2 287,11	2 111,16
Estado e outros entes públicos	11.9	4 842,99	8 023,24
Diferimentos	11.5	125 954,88	13 682,52
Outros passivos correntes	11.10	49 695,32	53 146,67
		182 780,30	76 963,59
Total do passivo		182 780,30	76 963,59
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		145 932,43	87 689,33

A Direção

O Contabilista Certificado

Maria Briz da Faria de Sousa Bone

Arabela Pereira Martins

SOCIALIS - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte 510971253

Moe EUROS
da

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	7	35 906,35	30 374,25
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.11	219 384,47	226 803,18
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-23 521,45	-25 922,83
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-59 678,64	-54 188,58
Gastos com o pessoal	9	-212 225,76	-252 602,76
Outros rendimentos	11.13	83 751,89	88 009,27
Outros gastos	11.14	-91 133,40	-79 172,61
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-47 516,54	-66 700,08
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-582,87	-1 896,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-48 099,41	-68 596,32
Juros e gastos similares suportados	11.15	-143,03	0,00
Resultados antes de impostos		-48 242,44	-68 596,32
Resultado líquido do período		-48 242,44	-68 596,32

A Direção

O Contabilista Certificado

Maria Brígida Faria de Sousa Rome

Anabela Pereira Martins

Entidade: SOCIALIS - ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 510971253

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	CATL	Centro Apelo à Vida	CLAIM	FAMI/028	FAMI/058	FAMI/167	PERÍODOS	
								2017	2016
Vendas e serviços prestados		30 201,35	690,00	5 015,00	0,00	0,00	0,00	35 906,35	27 854,25
Custo das vendas e dos serviços prestados		-99 740,29	-117 806,93	-2 960,00	0,00	0,00	0,00	-220 507,22	-198 564,92
Resultado Bruto		-69 538,94	-117 116,93	2 055,00	0,00	0,00	0,00	-184 600,87	-170 710,67
Outros Rendimentos		80 492,92	207 126,84	0,00	6 375,00	5 592,99	3 548,61	303 136,36	317 326,49
Gastos administrativos		-40 765,21	-19 875,41	-1 455,96	-8 500,00	-14 091,47	-3 548,61	-88 236,66	-136 039,53
Outros Gastos		-2 575,00	-75 823,24	0,00	0,00	0,00	0,00	-78 398,24	-79 172,61
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		-32 386,23	-5 688,74	599,04	-2 125,00	-8 498,48	0,00	-48 099,41	-68 596,32
Gastos de financiamento (líquidos)		-71,52	-71,51	0,00	0,00	0,00	0,00	-143,03	0,00
Resultado antes de impostos		-32 457,75	-5 760,25	599,04	-2 125,00	-8 498,48	0,00	-48 242,44	-68 596,32
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-32 457,75	-5 760,25	599,04	-2 125,00	-8 498,48	0,00	-48 242,44	-68 596,32

Contabilista Certificado

A Direção

Marcelo Brazili da Faria de Sousa Rome
Anabela Pereira Penhins

SOCIALIS - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		34 877,01	29 821,52
Pagamentos a fornecedores		-38 408,49	-26 442,73
Pagamentos ao pessoal		-144 397,49	-166 266,48
Caixa gerada pelas operações		-147 928,97	-162 887,69
Outros recebimentos/pagamentos		126 384,97	73 521,25
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-21 544,00	-89 366,44
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		400,00	85,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		333,31	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	425,83
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		733,31	510,83
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		5 696,19	0,00
Doações		3 405,13	3 795,57
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-5 790,00	0,00
Juros e gastos similares		-143,03	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		3 168,29	3 795,57
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		-17 642,40	-85 060,04
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.6	24 055,64	109 115,68
		6 413,24	24 055,64

A Direção

O Contabilista Certificado

Maria Brizida Faria de Sousa Gomes
Anabela Reneira Martins

[Assinatura]

*Ass
a
Niltono
a*

SOCIALIS

ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Anexo às Demonstrações Financeiras

2017

Ar
el
Benemé
an

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.....	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	8
5	Ativos Intangíveis	9
6	Inventários	9
7	Rédito.....	10
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	10
9	Benefícios dos empregados	11
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
11	Outras Informações	11
11.1	Investimentos Financeiros.....	12
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	12
11.3	Créditos a receber.....	12
11.4	Outras ativos correntes.....	12
11.5	Diferimentos	12
11.6	Caixa e Depósitos Bancários	13
11.7	Fundos Patrimoniais	13
11.8	Fornecedores	13
11.9	Estado e Outros Entes Públicos	13
11.10	Outros passivos correntes	13
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração	14
11.12	Fornecimentos e serviços externos	14
11.13	Outros rendimentos.....	14
11.14	Outros gastos	14
11.15	Resultados Financeiros	15
11.16	Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	15
11.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

Ai ✓
W
V. Brito
an

1 Identificação da Entidade

A SOCIALIS – Associação de Solidariedade Social é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 244, III Série, de 20 de Outubro de 2001, com sede na Travessa Dr. Carlos Felgueiras, 31 r/c direito no Concelho da Maia. Tem por objetivos promover e orientar os jovens e familiares na sua integração e valorização pessoal e social. Para realização dos seus objetivos, a instituição propõe-se criar e manter as seguintes atividades:

- Centros de Atendimento a Jovens e Famílias;
- Ocupação dos tempos livres para crianças e jovens;
- Todas as que se mostrem pertinentes e necessárias para o desenvolvimento harmonioso e saudável de crianças e jovens.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas em estimativas e erros.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Equipamento Básico	106.510,79		696,08		105.814,71
Equipamento de Transporte	40.506,01				40.506,01
Equipamento Administrativo	41.007,23	890,00			41.897,23
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.015,37				2.015,37
Ativo Tangível Bruto	190.039,40	890,00	696,08	0,00	190.233,32
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	106.077,24	284,62	696,08		105.665,78
Equipamento de Transporte	40.506,01				40.506,01
Equipamento Administrativo	40.513,39	298,25			40.811,64
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.015,37				2.015,37
Depreciações Acumuladas	189.112,01	582,87	696,08	0,00	188.998,80
Ativo Tangível Líquido	927,39	307,13	0,00	0,00	1.234,52

5 Ativos IntangíveisOutros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Programas de Computador	11.348,49				11.348,49
Ativo Intangível Bruto	11.348,49	0,00	0,00	0,00	11.348,49
Amortizações Acumuladas					
Programas de Computador	11.348,49				11.348,49
Amortizações Acumuladas	11.348,49	0,00	0,00	0,00	11.348,49
Ativo Tangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

- Existência final

RÚBRICAS	31-12-2017	31-12-2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	201,00	579,77
Total	201,00	579,77

- Inventários gastos do período

MOVIMENTOS	2017	2016
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	579,77	230,58
Compras	933,00	1.936,51
Doações	22.209,68	24.335,51
Saldo Final	201,00	579,77
Gastos do Período	23.521,45	25.922,83

7 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	29.511,35	26.226,25
Quotas e jóias	1.380,00	1.628,00
Outras prestações serviços	5.015,00	2.520,00
	35.906,35	30.374,25
Rendimentos Suplementares	6.613,91	10.917,44
Juros	0,00	425,83
Total	42.520,26	41.717,52

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

DESCRIÇÃO	2017				2016		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (Dotação)	Não Reembolsável			178.185,96			176.791,64
IEFP	Não Reembolsável			0,00			5.777,38
ACIDI	Não Reembolsável			0,00			1.911,40
FAMI	Não Reembolsável			15.516,60			13.126,78
Total		0,00	0,00	193.702,56	0,00	0,00	197.607,20

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram de "11".

A Entidade teve ao serviço no ano 2017 os seguintes voluntários:

Voluntários	Funções / Atividades	Horas / Ano
1	Auxiliar motorista / tarefeira	1.450
1	Auxiliar motorista	725
2	Motorista	870
4	Apoio ao estudo	235
2	Workshop dança	232
1	Apoio férias	140
1	Psicóloga	232
	Total horas / ano	3.884

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de "17" e em 31/12/2016 foi de "19".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	166.493,05	198.392,40
Indemnizações	6.952,67	5.386,00
Encargos sobre as Remunerações	35.902,59	42.258,18
Seguros de Acidentes	1.570,70	1.458,58
Formação Profissional	361,11	201,60
Medicina e Segurança do Trabalho	945,64	342,47
Outros Gastos com o Pessoal – (Inclui lefp)	0,00	4.563,53
Total	212.225,76	252.602,76

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Outros Investimentos Financeiros		
FCT – Fundo Compensação Trabalho	1.227,89	1.107,23
Total	1.227,89	1.107,23

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Associados - Quotas	7.415,00	6.445,00
Total	7.415,00	6.445,00

11.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	0,00	216,85
Total	0,00	216,85

11.4 Outras ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	40,00	2.290,00
FAMI	123.702,02	32.358,12
ACIDI	0,00	0,00
IEFP	0,00	0,00
Outros Devedores	1.259,00	14.705,51
Total	125.001,02	49.353,63

11.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Renda	1.967,90	1.967,90
Seguros	2.263,76	2.527,82
Outros gastos a reconhecer	208,10	508,10
Total	4.439,76	5.003,82
Rendimentos a Reconhecer		
FAMI	125.954,88	13.682,52
Total	125.954,88	13.682,52

11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	610,62	3.657,19
Depósitos à ordem	3.802,62	18.898,45
Depósitos a prazo	2.000,00	1.500,00
Total	6.413,24	24.055,64

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	19.382,13	0,00	0,00	19.382,13
Resultados transitados	59.794,72	0,00	68.596,32	-8.801,60
Outras variações nos fundos patrimoniais	145,21	890,00	221,17	814,04
Total	79.322,06	890,00	-78.311,04	11.394,57

11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	2.287,11	2.111,16
Total	2.287,11	2.111,16

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.069,98	2.211,98
Segurança Social	3.724,94	5.771,46
Fundos de Compensação Trabalho	48,07	39,80
Total	4.842,99	8.023,24

11.10 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		30.998,94		36.274,04
Remunerações a liquidar + estimativas				
Outros credores		18.696,38		16.872,63
Total	0,00	49.695,32	0,00	53.146,67

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	193.702,56	197.607,20
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças – Donativos (dinheiro e géneros)	25.681,91	29.195,98
Total	219.384,47	226.803,18

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	15.949,42	7.169,08
Material	1.166,93	1.385,40
Energia e fluidos	10.342,81	10.115,49
Deslocações, estadas e transportes	2.730,84	1.226,94
Serviços diversos	28.205,12	33.334,49
Encargos com utentes	1.283,52	957,18
Total	59.678,64	54.188,58

11.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	6.613,91	11.040,44
Subsídios para Investimento – Outros	221,17	642,75
Ganhos alienação ativos fixos tangíveis	400,00	85,00
Correções exercícios anteriores	64,75	0,00
Outros rendimentos e ganhos - Inclui injunções tribunal	650,00	1.900,00
Outros donativos em espécie para oferta cabazes	75.105,75	73.910,43
Outros rendimentos	696,31	4,82
Sub-Total	83.751,89	87.583,44
Juros	0,00	425,83
Total	83.751,89	88.009,27

11.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	153,47	347,94
Dívidas incobráveis	12.735,16	0,00
Correções exercícios anteriores	3.063,64	4.507,95
Quotizações	228,00	228,00
Outros Gastos e Perdas	0,00	178,29
Oferta cabazes famílias	74.953,13	73.910,43
Total	91.133,40	79.172,61

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	143,03	0,00
Total	143,03	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	425,83
Total	0,00	425,83
Resultados Financeiros	-143,03	425,83

11.16 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2017, foi o seguinte:

CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres: 60

CAV – Centro de Apoio à Vida: 85

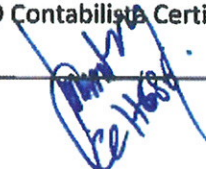
11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

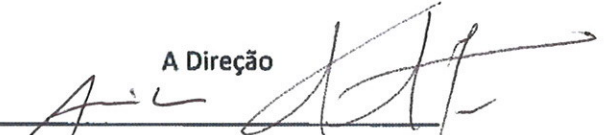
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Maia, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



A Direção


 Maria Beatriz Faria e Sousa Tome
 Anabela Pereira Martins